

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

**Senhores Acionistas**, em conformidade com as Normas Legais e Estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as demonstrações financeiras da Intermédica Sistema de Saúde S.A., relativas aos exercícios de 2010 e 2009, de acordo com a legislação vigente. Agradecemos aos nossos clientes, associados, fornecedores, entidades governamentais e órgãos reguladores pela confiança e apoio depositados em nossa administração, e aos nossos colaboradores pelo indispensável comprometimento, empenho e dedicação demonstrados para a obtenção destes resultados.

A Administração

### BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009 E EM 1º DE DEZEMBRO DE 2009 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota Explicativa	Nota			Passivo	Nota Explicativa	Nota		
		31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009			31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
			(*)	(*)			(*)	(*)	
<b>Circulante</b>		281.991	254.853	227.383	<b>Circulante</b>	248.378	231.617	205.253	
Disponível		12.099	5.696	6.935	Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	157.063	138.365	142.510	
Realizável		269.892	249.157	220.448	Provisão de risco	11	–	22.143	
Aplicações	6	233.652	188.526	107.232	Provisão de benefícios a conceder - remissão		79	75	
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	7	20.201	45.285	42.965	Provisão de eventos a liquidar	11	124.314	89.503	
Contraprestações pecuniárias a receber		20.201	45.285	42.965	Provisão de eventos ocorridos e não avisados	11	32.670	26.644	
Títulos e créditos à receber	8	10.721	9.244	64.661	Débitos de operações de assistência à saúde		101	97	
Outros valores e bens		5.318	6.102	5.590	Tributos e encargos sociais a recolher		27.554	34.614	
<b>Ativo não Circulante</b>		216.724	235.972	235.413	Empréstimos e financiamentos a pagar		2.068	2.634	
Realizável a longo prazo		95.119	61.064	56.427	Provisões		24.585	19.931	
Títulos e créditos a receber	8	43.831	27.115	18.838	Débitos diversos		37.007	35.976	
Valores e bens	12	50.073	32.734	36.356	<b>Passivo não Circulante</b>		104.893	91.434	
Outros créditos a receber a longo prazo		1.215	1.215	1.233	<b>Exigível a Longo Prazo</b>		104.893	91.434	
Investimentos		–	45	49	Provisões técnicas de operações de assistência à saúde		14.612	19.108	
Participações societárias - investimentos no país		–	45	49	Provisão de benefícios a conceder - remissão		98	98	
Imobilizado	9	97.419	152.713	168.467	Provisão de eventos a liquidar	11	14.514	19.010	
Imóveis de uso próprio - hospitalares		44.452	111.837	129.996	Tributos e encargos sociais a recolher	14.b	15.560	27.905	
Imóveis de uso próprio - não hospitalares		–	433	3.237	Obrigações legais e outros passivos contingentes	12	73.351	41.863	
Bens móveis - hospitalares		9.686	5.696	5.541	Outras exigibilidades de longo prazo		1.370	2.558	
Bens móveis - não hospitalares		9.388	8.004	6.610	<b>Patrimônio Líquido</b>		145.444	167.774	
Outras imobilizações - hospitalares e não hospitalares		33.893	26.743	23.083	Capital social	13	83.657	86.268	
Intangível	10	24.186	22.150	10.470	Reservas de reavaliação		4.637	15.463	
<b>Total do Ativo</b>		498.715	490.825	462.796	Reservas de lucros		41.955	30.913	
					Ajuste de avaliação patrimonial		15.195	35.130	
					<b>Total do Passivo</b>		498.715	490.825	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

### DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009 (Em milhares de reais)

	Notas explicativas	Capital social	Reservas de reavaliação	Reservas de lucros		Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
				Legal	Outras			
<b>Saldos em 01 de Janeiro de 2009 (*)</b>		106.049	16.565	5.552	26.886	35.651	–	190.703
Integralização de capital - Em imóveis - conforme AGE de 30/11/2009	13.a	4.690	–	–	–	–	–	4.690
Reserva de reavaliação - Realização:								
Por depreciação	13.d	–	(602)	–	–	–	602	–
Provisão sobre tributos da reavaliação	13.d	–	205	–	–	–	(205)	–
Cisão - conforme AGE de 30/12/2009	13.a	(24.471)	(1.068)	–	–	–	–	(25.539)
Tributos diferidos sobre os imóveis cindidos		–	363	–	–	–	–	363
Ajustes de avaliação patrimonial - Realização por depreciação		–	–	–	–	–	–	–
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	(521)	521	–
Destinação do lucro:							55.599	55.599
Reserva legal	13.b	–	–	2.780	–	–	(2.780)	–
Dividendos distribuídos (R\$0,63 por ação)	13.c	–	–	–	(26.886)	–	(27.556)	(54.442)
Juros sobre o capital próprio (R\$0,04 por ação)	13.c	–	–	–	–	–	(3.600)	(3.600)
Constituição de reservas	13.b	–	–	–	–	–	(22.581)	–
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2009 (*)</b>		86.268	15.463	8.332	22.581	35.130	–	167.774
Integralização de capital - Em dinheiro - conforme AGEs de 29/07/10 e 25/11/10	13.a	20.000	–	–	–	–	–	20.000
Reserva de reavaliação - Realização:								
Por depreciação	13.d	–	(302)	–	–	–	302	–
Provisão sobre tributos da reavaliação	13.d	–	98	–	–	–	(98)	–
Cisão - conforme AGE de 31/05/10	13.a	(22.611)	(11.290)	–	–	–	–	(33.901)
Tributos diferidos sobre os imóveis cindidos		–	1.094	–	–	–	–	1.094
Ajustes de avaliação patrimonial - Cisão - efeitos dos novos CPCs		–	(426)	–	–	(19.585)	(383)	(20.394)
Realização por depreciação		–	–	–	–	(350)	350	–
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	–	46.533	46.533
Destinação do lucro:								
Reserva legal	13.b	–	–	2.761	–	–	(2.761)	–
Dividendos distribuídos (R\$0,37 por ação)	13.c	–	–	–	(22.581)	–	(9.361)	(31.942)
Juros sobre o capital próprio (R\$0,04 por ação)	13.c	–	–	–	–	–	(3.720)	(3.720)
Constituição de reservas	13.b	–	–	–	–	–	(30.862)	–
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2010</b>		83.657	4.637	11.093	30.862	15.195	–	145.444

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009 (Em milhares de reais)

#### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Intermédica Sistema de Saúde S.A. ("Sociedade") tem por objetivo a prestação de serviços nos campos da medicina, odontologia, hospitalar e de medicina social e ocupacional, abrangendo a operação de hospitais e centros clínicos próprios através da celebração de contratos de assistência médica com pessoas físicas e jurídicas, entidades públicas ou particulares.

#### 2. INCORPORAÇÃO

Em Assembleia Geral Extraordinária - AGE realizada em 30 de outubro de 2009, foi aprovada a incorporação da controlada Medicamp Assistência Médica Ltda. O Patrimônio Líquido da Empresa incorporada foi avaliado por peritos independentes, que emitiram Laudo de Avaliação, datado de 26 de outubro de 2009. O capital social da Sociedade não foi aumentado, em razão da totalidade do capital social da empresa incorporada ser integralmente detido por esta. O acervo líquido incorporado, na data de 31 de outubro de 2009, tem a seguinte composição:

<b>Ativo</b>	13.667
<b>Circulante</b>	9.920
Disponibilidades	9.698
Contas a receber	105
Outros valores e bens	117
Realizável a longo prazo	2.548
Depósitos Judiciais	2.548
<b>Permanente</b>	1.199
Imobilizado, líquido	1.199
<b>Passivo</b>	6.733
<b>Circulante</b>	4.027
Provisão de risco	1.154
Provisão para eventos ocorridos e não avisados	529
Eventos a liquidar	1.267
Fornecedores	240
Obrigações tributárias	490
Salários, encargos sociais e provisões	347
Exigível a longo prazo	2.706
Provisões para contingências - fiscais	2.706
Acervo líquido incorporado	6.934

#### 3. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o Plano de Contas instituído pela Resolução Normativa - RN nº 207 de 22 de dezembro de 2009 e regulamentada pela Instrução Normativa nº 36, de 22 de dezembro de 2009 da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, sendo as principais práticas contábeis descritas na nota explicativa nº 4. Durante o ano de 2009, foram aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC diversos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, com vigência para 2010, que alteraram as práticas contábeis adotadas no Brasil. Em 19 de dezembro de 2009, a ANS, por meio da Instrução Normativa RN nº 37, incorporou a legislação de saúde suplementar as diretrizes dos Pronunciamentos Técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, com exceção do CPC 11, que será objeto de regulamentação específica da ANS. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais, a Sociedade adotou as mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil introduzidas pelos pronunciamentos técnicos CPC 15 a 40. Os efeitos da adoção dos novos pronunciamentos emitidos pelo CPC estão apresentados na nota explicativa nº 5.

#### 4. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

**a) Ajuste a valor presente:** Os elementos integrantes do ativo e do passivo decorrentes de operações de longo prazo, ou de curto prazo, exceto para as operações de seguros, são ajustados a valor presente, quando relevantes. Nas datas dos balanços não foram apurados ajustes em decorrência da aplicação dessa prática contábil. **b) Caixa e equivalentes de caixa:** Os títulos e valores mobiliários com finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa são classificados como equivalentes de caixa. Em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, estes eram compostos por saldos de caixas e bancos. **c) Instrumentos financeiros:** Os ativos e passivos financeiros são mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado. **d) Ativos financeiros:** Os ativos financeiros estão classificados nas seguintes categorias específicas: ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros "disponíveis para venda" e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos finan-

ceiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. As aquisições ou alienações normais correspondem a aquisições ou alienações de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado. **Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Os ativos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados pelo valor justo por meio do resultado. Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação se: • For adquirido principalmente para ser vendido a curto prazo.

• No reconhecimento inicial é parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que a Sociedade administra em conjunto e possui um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo. • For um derivativo que não tenha sido designado como um instrumento de "hedge" efetivo. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado. Ganhos e perdas líquidos reconhecidos no resultado incorporam os dividendos ou juros auferidos pelo ativo financeiro, sendo incluídos na rubrica "Resultado Financeiro", na demonstração do resultado. **Investimentos mantidos até o vencimento:** Os investimentos mantidos até o vencimento correspondem a ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e data de vencimento fixa que a Sociedade tem a intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento. Após o reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, menos eventual perda por redução ao valor recuperável.

**Ativos financeiros disponíveis para venda:** Os ativos financeiros disponíveis para venda correspondem a ativos financeiros não derivativos designados como "disponíveis para venda" ou não são classificados como: (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento, ou (c) ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. As variações no valor contábil dos ativos financeiros monetários disponíveis para venda relacionadas às receitas de juros calculadas utilizando o método de juros efetivos são reconhecidos no resultado. Outras variações no valor contábil dos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas em "Ajuste de avaliação patrimonial". **Empréstimos e recebíveis:** Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. **Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:** Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável na data do balanço. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

**e) Provisão para perdas sobre créditos:** A provisão para perdas sobre créditos é constituída pelo percentual de 100% sobre os créditos vencidos há mais de 60 dias para os contratos com pessoa física (planos individuais) e há mais de 90 dias para os contratos com pessoa jurídica. Adicionalmente, é constituída provisão para todas as parcelas a vencer desses contratos, quando consideradas não realizáveis pela administração da Sociedade. **f) Imobilizado:** O imobilizado está demonstrado ao custo, acrescido do ajuste resultante de reavaliação dos imóveis até 31 de dezembro de 2008. De acordo com a Lei nº 11.638/07, a Sociedade decidiu manter os saldos existentes na reserva de reavaliação até a data da sua efetiva realização. As depreciações são calculadas pelo método linear, levando em consideração a expectativa da vida útil e econômica dos bens. Adicionalmente, com base na opção exercida pela Sociedade na adoção inicial dos novos pronunciamentos contábeis, descrita na nota explicativa nº 5, foram avaliados a valor justo os custos somente da classe dos seus imóveis operacionais, com base na adoção do custo atribuído aos ativos desta classe, uma vez que os demais imóveis foram posteriormente cindidos à sua controladora. **g) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment):** É efetuada a análise do valor de recuperação dos ativos financeiros, com a finalidade de (i) verificar se há perda por redução ao valor de recuperação de ativos (*impairment*), e (ii) medir a eventual perda por redução ao valor de recuperação de ativos existentes, com o objetivo de constituir provisão para perdas, quando aplicável, por redução ao valor de recuperação de ativos não financeiros. Dentro desse contexto, o imobilizado e outros ativos não financeiros foram revisados para identificar evidências de perdas não recuperáveis. A Sociedade não apurou a necessidade de contabilização de provisão para perda de seus ativos não financeiros. **h) Intangível:** O intangível é representado principalmente por ágio pago nas aquisições de investimentos (participações em controladas já incorporadas) e gastos com desenvolvimento de sistemas. A amortização do ágio foi efetuada até 31 de dezembro de 2008, pela taxa mencionada na nota explicativa nº 10. A partir do exercício de 2009, a amortização do ágio referente à rentabilidade das empresas adquiridas fundamentado na geração de lucros futuros não é mais permitida, passando a avaliação do saldo a ser feito pelo teste de recuperabilidade (*impairment*). Os demais intangíveis com vida útil econômica são amortizados pelo método linear, pelas taxas mencionadas na nota explicativa nº 10. **i) Provisões técnicas de operações de assistência à saúde:** A provisão de risco para garantia de obrigações contratuais, classificada no grupo "Provisões técnicas de operações de assistência à saúde - Provisão de risco", foi calculada de acordo com nota técnica aprovada pela ANS, por meio do ofício nº 6776/2009/GGAME/DIOPE/ANS, processo 33902.073702/2006-00 para 2009. Em atendimento a Resolução Normativa - RN nº 206 de 2 de dezembro de 2009, a partir de 2010, os saldos registrados no passivo circulante referentes à Provisão de risco foram revertidos em sua totalidade a crédito da conta de resultado "Variação das provisões técnicas".

### DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009 (Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota Explicativa	Nota	
		2010	2009
<b>Contraprestações Efetivas de Operações de Assistência à Saúde</b>		1.478.872	1.296.290
Contraprestações líquidas	15	1.519.187	1.311.438
Variação das provisões técnicas		22.140	29.147
Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde		(62.455)	(44.295)
<b>Eventos Indenizáveis Líquidos</b>		(1.132.872)	(985.228)
Eventos indenizáveis		(1.180.196)	(1.018.736)
Recuperação de eventos indenizáveis		53.349	40.549
Variação da provisão de eventos ocorridos e não avisados		(6.025)	(7.041)
<b>Resultado das Operações com Planos de Assistência à Saúde</b>		346.000	311.062
Outras receitas de operação de assistência à saúde não relacionadas com os planos de saúde da Operadora		84.684	75.816
Outras despesas de operação de assistência à saúde não relacionadas com os planos de saúde da Operadora		(54.987)	(47.632)
Tributos diretos de outras atividades de assistência à saúde		(4.125)	(4.981)
<b>Resultado Bruto</b>		371.572	334.265
<b>Despesas de Comercialização</b>		(62.605)	(58.421)
<b>Despesas Administrativas</b>	16	(245.900)	(200.900)
<b>Outras Despesas Operacionais</b>		(9.690)	(12.042)
<b>Resultado Financeiro Líquido</b>		12.635	17.239
Receitas financeiras		28.279	23.387
Despesas financeiras		(15.644)	(6.148)
<b>Resultado Operacional</b>		66.012	80.141
<b>Resultado Patrimonial</b>		(4)	(658)
<b>Resultado não Operacional</b>		2.498	2.139
<b>Resultado Antes dos Tributos e das Participações</b>		68.506	81.622
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social</b>		(21.616)	(25.657)
Imposto de renda	14	(26.717)	(23.857)
Contribuição social Sobre o lucro líquido	14	(10.010)	(8.911)
Tributos Diferidos	14	15.111	7.111
<b>Participações no Resultado do Exercício</b>		(357)	(366)
<b>Lucro Líquido do Exercício</b>		46.533	55.599
<b>Lucro Líquido por Ação - R\$</b>		0,54	0,64

(\*) Veja nota explicativa nº 5.

A Sociedade não apresenta resultados abrangentes nos exercícios corrente e anterior.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

### DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009 (Em milhares de reais)

	2010	2009
<b>Receitas</b>	1.632.066	1.420.886
Contraprestações líquidas	1.519.187	1.311.438
Outras receitas de operação de assistência à saúde	84.684	75.816
Resultado não operacional	2.498	2.139
Variação das provisões técnicas	22.140	29.147

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009** (Em milhares de reais)

A provisão de eventos ocorridos e não avisados (SE: F) é constituída para a reconstituição das receitas operacionais ocorridas e não avisadas, sendo calculada com base em nota técnica atuarial submetida e aprovada pela ANS. **J) Reconhecimento das receitas operacionais:** Até 31 de dezembro de 2009, as receitas de contraprestações, modalidade de preço pré-estabelecido, eram apropriadas no resultado na data de início de vigência de cobertura dos contratos. Simultaneamente, era efetuada a contabilização de uma provisão de risco para garantia da obrigação contratual, que era registrada em "Provisões Técnicas de operações de assistência à saúde - Provisão de risco", calculada de acordo com nota técnica atuarial aprovada pela ANS e que correspondia de fato ao montante da receita de contraprestação de competência do período seguinte. A partir de 1º de janeiro de 2010, de acordo com a Resolução Normativa ANS nº 206 de 2 de dezembro de 2009, a receita passou a ser contabilizada pelo valor correspondente ao período de cobertura do risco incorrido ("pro rata dia"), e os saldos da provisão de risco foram revertidos para o resultado no mês de janeiro de 2010. Esse novo critério não ocasionou impacto no resultado, uma vez que o diferimento contábil da receita, na ausência, correspondia ao montante da provisão de risco que deixou de ser efetuada. Nos casos em que a fatura é emitida antecipadamente em relação ao período de cobertura dos contratos com clientes, o valor dos contratos com os clientes é registrado na conta de "Faturamento antecipado", redutora do ativo circulante. As receitas pertinentes aos serviços prestados de assistência à saúde são contabilizadas pelo regime de competência. **k) Reconhecimento dos custos dos serviços prestados:** Os custos com operação da rede própria de atendimento são reconhecidos no resultado do exercício à medida que são incorridos. Os custos dos serviços prestados pelos hospitais e clínicas conveniados são contabilizados com base nas notificações comunicando a ocorrência dos eventos cobertos pelos planos. **l) Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido:** A provisão para imposto de renda é calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, mais adicional de 10% sobre a parcela do lucro tributável excedente a R\$240 no exercício. A provisão para contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro antes do imposto de renda, ajustado na forma da legislação vigente. Os tributos diferidos atribuíveis às diferenças temporais são registrados no ativo, no pressuposto de sua realização futura. **m) Passivos financeiros:** Os passivos financeiros são classificados como "Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado" ou "Outros passivos financeiros". **Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Um passivo financeiro é classificado como mantido para negociação se: • Foi adquirido principalmente para o resgate no curto prazo. • Faz parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que a Sociedade gere e possui um padrão real recente de obtenção de demonstrações de lucro de curto prazo. • E um derivativo não designado como instrumento de "hedge" efetivo. Os passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são classificados como ao valor justo, e os respectivos ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado. Os ganhos ou as perdas líquidos reconhecidos no resultado incorporam os juros pagos pelo passivo financeiro, sendo incluídos na rubrica "Resultado Financeiro", na demonstração do resultado. **n) Obrigações legais e outros passivos contingentes:** A avaliação das contingências passivas, exceto aquelas oriundas de sinistros, é efetuada observando-se as determinações do CPC nº 25 - Provisões, Passivos contingentes e Ativos contingentes. Os passivos contingentes são constituídos levando em conta: a opinião dos assessores jurídicos; a causa das ações; a natureza das obrigações; a complexidade e o posicionamento do judiciário, sempre que a perda possa ocasionar uma saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perda provável são integralmente provisionados. Obrigações legais decorrem de discussões administrativas ou judiciais cujo objeto de contestação à sua legalidade ou constitucionalidade, independente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, tem os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras, e atualizados monetariamente de acordo com a legislação aplicável. Os depósitos judiciais são mantidos no ativo sem a dedução das correspondentes provisões para contingências, em razão de normas contábeis da ANS não contemplarem tal possibilidade. **o) Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Sociedade use de julgamento na determinação e no registro de determinadas estimativas. Os ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas envolvem, dentre outros, ajustes na provisão para realização de contas a receber, tributos diferidos, provisões técnicas e para contingências. A liquidação das transações que envolvem essas estimativas poderá ser efetuada por valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões decorrentes do nível de subjetividade considerado no processo de sua determinação. A Sociedade revisa essas estimativas e premissas periodicamente.

**5. EFEITO DOS NOVOS PRONUNCIAMENTOS DECORRIDOS PELO CPC NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS**  
Na preparação das demonstrações financeiras individuais, a Sociedade adotou todos os pronunciamentos e respectivas interpretações e orientações técnicas emitidos pelo CPC e aprovados pela ANS. A Sociedade aplicou as políticas contábeis definidas na nota explicativa nº 4 para os exercícios de 2010 e de 2009, o que inclui o balanço patrimonial de abertura em 1º de janeiro de 2009. Na mensuração dos ajustes e preparação desse balanço patrimonial de abertura, a Sociedade aplicou os requerimentos constantes no CPC 43(R1) - Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 a 40, ajustando assim as suas demonstrações financeiras.

**5.1. Conciliações para as práticas contábeis anteriores (BR GAAP anterior):** Efeitos da adoção das novas práticas contábeis no balanço patrimonial

Item	31/12/09		01/01/09	
	BR GAAP anterior	Efeito da adoção dos novos CPCs	BR GAAP anterior	Efeito da adoção dos novos CPCs
Ativo				
Circulante	254.853	254.853	227.383	227.383
Disponível	5.696	5.696	6.935	6.935
Aplicações	188.526	188.526	107.232	107.232
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	45.285	45.285	42.965	42.965
Títulos e créditos a receber	9.244	9.244	64.661	64.661
Outros valores e bens	6.102	6.102	5.590	5.590
Não circulante	181.378	54.594	235.972	54.017
Realizável a longo prazo	61.064	61.064	56.427	56.427
Investimentos	45	45	49	49
Imobilizado	98.119	54.594	152.713	54.017
Intangível	22.150	22.150	10.470	10.470
Total	436.231	54.594	490.825	54.017
Passivo				
Circulante	231.617	231.617	205.253	205.253
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	138.365	138.365	142.510	142.510
Débitos de operações com planos de assistência à saúde	97	97	125	125
Tributos e encargos sociais a recolher	34.614	34.614	16.409	16.409
Impostos e financiamentos a pagar	2.844	2.844	—	—
Provisões	19.931	19.931	16.707	16.707
Débitos diversos	35.976	35.976	29.502	29.502
Não circulante	70.533	20.901	91.434	21.067
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	19.108	19.108	94	94
Tributos e encargos sociais a recolher	7.004	20.901	6.034	21.067
Obrigações legais e outros passivos contingentes	41.863	41.863	35.428	35.428
Outras exigibilidades	2.558	2.558	4.217	4.217
Patrimônio Líquido	134.081	33.693	167.774	32.950
Capital social	86.268	86.268	108.049	108.049
Reservas	47.813	(1.437)	46.376	(2.701)
Ajuste de avaliação patrimonial	—	35.130	—	35.651
Total	436.231	54.594	490.825	54.017

Item	31/12/09		01/01/09	
	BR GAAP anterior	Efeito da adoção dos novos CPCs	BR GAAP anterior	Efeito da adoção dos novos CPCs
Total do patrimônio líquido de acordo com as práticas contábeis anteriores	134.081	157.753	134.081	157.753
Custo atribuído ao investimento - imóveis	54.594	54.017	54.594	54.017
IR/CSSL diferido sobre o ajuste de custo atribuído	(18.562)	(18.562)	(18.562)	(18.562)
IR/CSSL diferido sobre reserva de reavaliação (terrenos)	—	—	—	—
Total dos ajustes no patrimônio líquido	(2.339)	(2.701)	(2.339)	(2.701)
Total do patrimônio líquido de acordo com o BR GAAP representado	33.693	32.950	33.693	32.950
Efeitos da adoção das novas práticas contábeis na demonstração do resultado do exercício:	167.774	190.703	167.774	190.703

Item	31/12/09		01/01/09	
	BR GAAP anterior	Efeito da adoção dos novos CPCs	BR GAAP anterior	Efeito da adoção dos novos CPCs
<b>Resultado</b>				
Contraprestações efetivas de operações de assistência à saúde	1.296.290	1.296.290	1.296.290	1.296.290
Eventos indenizáveis líquidos	(985.228)	—	(985.228)	—
Resultado das operações com planos de assistência à saúde	311.062	311.062	311.062	311.062
Outras receitas de operação de assistência à saúde não relacionadas com os planos de saúde	75.816	75.816	75.816	75.816
Outras despesas de operação de assistência à saúde não relacionadas com os planos de saúde	(47.632)	(47.632)	(47.632)	(47.632)
Tributos diretos de outras atividades	(4.981)	(4.981)	(4.981)	(4.981)
Resultado Bruto	334.265	334.265	334.265	334.265
Despesas de comercialização	(58.421)	(58.421)	(58.421)	(58.421)
Despesas administrativas	(201.476)	576	(200.900)	(200.900)
Outras despesas operacionais	(12.042)	(12.042)	(12.042)	(12.042)
Resultado financeiro líquido	17.239	17.239	17.239	17.239
Resultado operacional	(658)	(658)	(658)	(658)
Resultado antes dos impostos e das participações	2.139	2.139	2.139	2.139
Impostos e contribuições	(81.046)	(81.046)	(81.622)	(81.622)
Participações no resultado	(25.461)	(25.461)	(25.461)	(25.461)
Lucro líquido do exercício	(366)	(366)	(366)	(366)
Lucro líquido do exercício	55.219	380	55.599	55.599

**Notas às reconciliações:** Os novos pronunciamentos técnicos adotados pela Sociedade, que tiveram impacto nas demonstrações financeiras, em decorrência de divergências de prática com as normas vigentes até 31 de dezembro de 2008, são as seguintes: **ICPC10/CPC 27 - Interpretação Sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27, 28 e 43:** (a) Conforme previsto no ICPC 10, a Sociedade optou por avaliar ao valor justo as propriedades para investimentos pelo custo atribuído (deemed cost) na data de abertura do exercício de 2009, conforme nota explicativa nº 4.2. (b) O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido não registrados sobre reavaliações de ativos não depreciáveis (terrenos) no balanço patrimonial da Sociedade em atendimento à prática contábil vigente na época da reavaliação, deve ser registrado deduzindo-se do saldo da reserva de reavaliação registrada no patrimônio líquido, assim como adicionado à provisão diferida dos tributos diferidos dos tributos diferidos dos tributos será efetuada na mesma proporção em que ocorrer a realização dos ativos, por venda ou depreciação (se aplicável) destes ativos. **5.2. Custo atribuído:** A adoção inicial dos novos pronunciamentos técnicos, a Sociedade optou por efetuar uma atribuição de custo (deemed cost) a determinada classe de seus imóveis. Dessa forma, foram atribuídos custos para os bens do imobilizado somente para aqueles imóveis operacionais, de forma que estes ativos refletissem seu valor justo na data de adoção dos novos pronunciamentos, visto que o custo histórico registrado para estes ativos anteriormente divergia do valor justo de realização dos mesmos. Os imóveis não operacionais que foram cindidos para a sua controladora não foram objeto de adoção do referido pronunciamento. A definição dos custos atribuídos aos imóveis operacionais da Sociedade foram apurados com base em avaliação patrimonial efetuada por empresa terceirizada especializada no assunto, de acordo as diretrizes da NBR 14653 e segundo o Método Comparativo Direto de Dados de Mercado para definição dos valores. Os relatórios de avaliação gerados pelos especialistas datados de 14 de janeiro de 2011 foram aprovados pela Diretoria da Sociedade. Adicionalmente, foi realizada a revisão da vida útil estimada e do valor residual. A vida útil estimada das propriedades para investimentos registradas sob a rubrica "Investimentos" antes e após essa revisão está evidenciada na nota explicativa nº 9.

	31/12/09		01/01/09	
	Imóveis operacionais	Outros imóveis	Imóveis operacionais	Outros imóveis
Saldo em 31 de dezembro de 2008	57.676	—	57.676	58.724
Ajuste pela adoção do custo atribuído	54.594	—	54.594	54.017
Saldo em 1º de janeiro de 2009	112.270	—	112.270	20.492
O patrimônio líquido foi aumentado em R\$35.651 e o imposto de renda e contribuição social passivo diferido foi aumentado em R\$18.366 em decorrência da adoção do custo atribuído. A Administração estimou que os efeitos decorrentes da adoção do custo atribuído na despesa de depreciação a cada exercício será de R\$594.				

**6. APLICAÇÕES**  
Em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 e em 1º de janeiro de 2009, os instrumentos financeiros representados por aplicações financeiras estavam assim apresentados:

	31/12/10				31/12/09			01/01/09		
	Sem vencimento	Até 12 meses	De 1 a 5 anos	Total	Valor de custo	Valor de justo	Valor de justo	Valor de justo	Valor de justo	Valor de justo
Ativos financeiros disponíveis para venda:										
Certificados de Depósito Bancário - CDBs - pós-fixados	—	54.982	73.520	128.502	128.502	141.304	96.934	—	—	—
Operações compromissadas Debêntures - pós-fixadas	—	—	64.586	64.586	64.586	45.486	10.298	—	—	—
Fundos de Investimento	1.888	—	—	1.888	1.888	1.736	—	—	—	—
Subtotal	1.888	54.982	138.106	194.976	194.976	188.526	107.232	—	—	—
Títulos mantidos até o vencimento	—	5.332	23.084	28.416	28.416	—	—	—	—	—
Certificados de Depósito Bancário - CDBs - pós-fixados	—	—	10.255	10.255	10.255	—	—	—	—	—
Letras financeiras do tesouro - LFT (*)	—	5.332	33.339	38.671	38.671	—	—	—	—	—
Subtotal	—	5.332	33.339	38.671	38.671	—	—	—	—	—
Total da carteira	1.888	60.314	171.445	233.647	233.647	188.526	107.232	—	—	—

Os CDBs e as debêntures têm remuneração diária vinculada à taxa dos Depósitos Interbancários - DIs com vencimentos variáveis até dezembro de 2015. Essas aplicações estão classificadas no ativo circulante, independentemente de seu vencimento, tendo em vista a garantia formal de liquidez diária integral. Em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 e em 1º de janeiro de 2009, os títulos públicos e privados integrantes da carteira e oferecidos para a garantia de provisões técnicas encontravam-se custodiados no SELIC - Sistema Especial de Liquidação e de Custódia e no CETIP S.A. Balcão Organizado de Ativos e Derivativos, respectivamente. A custódia das cotas e respectivos papéis dos fundos de investimentos são mantidos diretamente pelos administradores desses fundos. (\*) Os títulos públicos federais foram contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, e ajustados ao valor justo com base nas tabelas de referência do mercado secundário da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA. **Mensurações ao valor justo reconhecidas no balanço patrimonial:** Os instrumentos financeiros que são mensurados pelo valor justo após o reconhecimento inicial, são classificados nos Níveis 1 a 3, com base no grau observável do valor justo. • Mensurações de valor justo de nível 1 são obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. • Mensurações de valor justo de nível 2 são obtidas por meio de outros variáveis além dos preços cotados incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, com base em preços). • Mensurações de valor justo de nível 3 são as obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado (dados não observáveis). Em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, a mensuração dos instrumentos financeiros foram obtidas de preços cotados em mercados ativos para ativos idênticos (Nível 1).

**7. CRÉDITOS DE OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE**  
A composição das contas "Créditos de operações com planos de assistência à saúde" por prazo de vencimento em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 e em 1º de janeiro de 2009 está demonstrada a seguir:

	31/12/10					
	Até 30 dias	Acima de 31 dias	Até 30 dias	De 31 a 90 dias	Acima de 90 dias	Total
Contraprestação pecuniária a receber	8.812	335	11.538	6.081	14.888	37.654
Provisão para perdas sobre créditos	(869)	—	(497)	(1.199)	(14.888)	(17.453)
Total	3.943	335	11.041	4.882	—	20.201

	31/12/09					
	Até 30 dias	Acima de 31 dias	Até 30 dias	De 31 a 90 dias	Acima de 90 dias	Total
Contraprestação pecuniária a receber	21.258	3.733	14.286	8.885	11.122	59.284
Provisão para perdas sobre créditos	(1.492)	(63)	(697)	(686)	(11.122)	(14.010)
Total	20.117	3.670	13.589	7.999	—	45.285

	31/12/09			01/01/09		
	Circulante	Longo prazo	Total	Circulante	Longo prazo	Total
Títulos e créditos a receber	63	—	63	155	—	155
Créditos tributários e previdenciários (vide nota explicativa nº 14.b para os valores de longo prazo)	2.527	43.831	46.358	754	27.115	27.869
Adiantamentos diversos	8.131	—	8.131	8.335	—	8.335
Total	10.721	43.831	54.552	9.244	27.115	36.359

	31/12/10			31/12/09		
	Circulante	Longo prazo	Total	Circulante	Longo prazo	Total
Títulos e créditos a receber	63	—	63	155	—	155
Créditos tributários e previdenciários (vide nota explicativa nº 14.b para os valores de longo prazo)	2.527	43.831	46.358	754	27.115	27.869
Adiantamentos diversos	8.131	—	8.131	8.335	—	8.335
Total	10.721	43.831	54.552	9.244	27.115	36.359

	31/12/10			31/12/09		
	Circulante	Longo prazo	Total	Circulante	Longo prazo	Total
Títulos e créditos a receber	63	—	63	155	—	155
Créditos tributários e previdenciários (vide nota explicativa nº 14.b para os valores de longo prazo)	2.527	43.831	46.358	754	27.115	27.869
Adiantamentos diversos	8.131	—	8.131	8.335	—	8.335
Total	10.721	43.831	54.552	9.244	27.115	36.359

	31/12/10			31/12/09		
	Circulante	Longo prazo	Total	Circulante	Longo prazo	Total
Títulos e créditos a receber	63	—	63	155	—	155
Créditos tributários e previdenciários (vide nota explicativa nº 14.b para os valores de longo prazo)	2.527	43.831	46.358	754	27.115	27.869
Adiantamentos diversos	8.131	—	8.131	8.335	—	8.335
Total	10.721	43.831	54.552	9.244	27.115	36.359

	31/12/10			31/12/09		
	Circulante	Longo prazo	Total	Circulante	Longo prazo	Total
Títulos e créditos a receber	63	—	63	155	—	155
Créditos tributários e previdenciários (vide nota explicativa nº 14.b para os valores de longo prazo)	2.527	43.831	46.358	754	27.115	27.869
Adiantamentos diversos	8.131	—	8.131	8.335	—	8.335
Total	10.721	43.				

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009** (Em milhares de reais)

**b) A composição dos créditos tributários incluídos em outros créditos a receber no Realizável a Longo Prazo e Exigível a longo Prazo é demonstrada como segue:**

	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Ativo Realizável a longo prazo			
Créditos tributários e previdenciários			
Créditos tributários sobre diferenças temporárias originárias de:			
Provisões para contingências	24.940	14.233	12.045
Provisão SUS	10.868	6.463	-
Provisão para perdas sobre créditos	6.136	4.816	5.614
Provisão para gastos com planos vitalícios	210	102	154
Provisão para perda no valor do direito de uso de linhas telefônicas	232	232	232
Outros	1.445	1.269	793
Total do imposto diferido ativo (nota explicativa nº 8)	43.831	27.115	18.838
Passivo Exigível a longo prazo			
Créditos tributários sobre diferenças temporárias originárias de:			
Ajuste de avaliação patrimonial - <i>demeed cost</i>	(7.829)	(18.098)	(18.366)
Amortização do intangível para fins fiscais	(3.052)	(1.357)	-
Reavaliação de imóveis	(4.679)	(8.450)	(8.735)
Total do imposto diferido passivo	(15.560)	(27.905)	(27.101)
Total do imposto diferido, líquido	28.271	(790)	(8.263)

**c) Movimentação dos créditos tributários de impostos de renda e contribuição social:**

	Imposto de renda	Contribuição social	Total
Saldo inicial 01/01/09	(6.076)	(2.187)	(8.263)
(+) Cisão dos imóveis reavaliados	266	96	362
(+) Constituição de créditos, líquidos	5.229	1.882	7.111
Saldo final em 31/12/09	(581)	(209)	(790)
(+) Cisão dos imóveis reavaliados	1.726	622	2.348
(+) Efeitos dos novos CPCs	8.531	3.071	11.602
(+) Constituição de créditos, líquidos	11.111	4.000	15.111
Saldo final em 31/12/10	20.787	7.484	28.271

**15. CONTRAPRESTAÇÕES LÍQUIDAS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE**

	2010	2009
Contraprestações emitidas de assistência à saúde	1.606.085	1.395.136
Contraprestações canceladas	(14.101)	(13.473)
Contraprestações de assistência à saúde - assumidas	11.364	10.045
Contraprestações de assistência à saúde - transferidas	(84.161)	(80.270)
Total das contraprestações líquidas	1.519.187	1.311.438

**16. DESPESAS ADMINISTRATIVAS**

	2010	2009
Pessoal e serviços de terceiros	161.163	123.206
Localização e funcionamento	37.858	32.708
Tributos	4.102	3.697
Publicidade e propaganda	2.861	2.392
Provisão para contingências	31.488	31.289
Outras	8.428	7.608
Total	245.900	200.900

A DIRETORIA

Omildo Pedrosa de Macedo Filho - Contador - CRC 1 SP 190 221/O-0

Wagner Diniz da Silva - Atuário MIBA 1541

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

Aos  
 Acionistas e Administradores da  
**Intermédica Sistema de Saúde S.A.**  
 São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Intermédica Sistema de Saúde S.A. ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

**Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras**

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

**Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Sociedade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Sociedade. Uma auditoria inclui,

**17. PARTES RELACIONADAS**

Os saldos ativos e passivos, as receitas e despesas decorrentes de transações com partes relacionadas são os seguintes:

	Ativo (passivo)			Receitas (despesas)	
	31/12/10	31/12/09	01/01/09	2010	2009
Notre Dame Seguradora S.A.:					
Créditos operacionais de prestação de serviços de assistência à saúde	612	680	464	-	-
Débitos diversos - Fornecedores	(180)	(131)	(111)	-	-
Contraprestações líquidas	-	-	-	5.807	8.753
Despesas de alugueis (*)	-	-	-	(3.884)	(200)
Despesas com seguros (*)	-	-	-	(1.818)	(1.421)
Interodonto - Sistema de Saúde Odontológica Ltda.:					
Débitos diversos - Fornecedores	(810)	-	-	-	-
Contraprestações líquidas	-	-	-	218	280
Despesas de planos odontológicos (*)	-	-	-	(302)	(297)
Locben - Locação de Bens Ltda.:					
Débitos diversos - Fornecedores	-	(5)	(5)	-	-
Despesas com alugueis de bens móveis (*)	-	-	-	(12.979)	(15.288)
PSBB - Administração e Participações Ltda.	-	-	61.000	-	-

(\*) Encontra-se classificada na conta "Despesas administrativas", na demonstração do resultado do exercício.

A remuneração dos principais Administradores, que compreendem empregados com autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da Sociedade, é composta exclusivamente de benefícios de curto prazo, cujo montante destinado e reconhecido contabilmente como despesa no ano de 2010 foi de R\$8.823 (R\$6.269 em 2009). A Sociedade não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações do seu capital social.

**18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS**

Em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 e em 1º de janeiro de 2009, a Sociedade não operou e nem apresentava posições ativas ou passivas, decorrentes de operações realizadas com instrumentos financeiros derivativos.

**19. COBERTURA DE SEGUROS**

A Sociedade adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância. Os seguros são contratados por montantes considerados suficientes pela Administração, levando-se em consideração a natureza de suas atividades.

**20. GERENCIAMENTOS DE RISCOS**

A Sociedade opera exclusivamente com planos de saúde, destinados a uma ampla variedade de clientes corporativos, associações e individuais. Os principais riscos decorrentes dos negócios da Sociedade são os riscos de mercado e concorrência, de crédito, de taxa de juros e de liquidez. A Administração desses riscos envolve diferentes departamentos, e contempla uma série de políticas e estratégias de alocação de recursos consideradas adequadas pela sua Administração.

**Risco de mercado e concorrência:** A Sociedade opera em um mercado competitivo, concorrendo com outras empresas que oferecem seguros de saúde com benefícios similares, incluindo as operadoras que atuam no ramo odontológico. **Risco de crédito:** O risco de crédito advém da possibilidade da Sociedade não receber valores decorrentes das contraprestações vencidas. A política de crédito considera as peculiaridades das operações de planos odontológicos e é orientada de forma a manter a flexibilidade exigida pelas condições de mercado e pelas necessidades dos clientes. Através de controles internos adequados, a Sociedade monitora permanentemente o nível de suas contraprestações a receber. A metodologia de apuração da provisão para perdas sobre créditos está descrita na nota explicativa nº 4 e). **Risco de liquidez:** A gestão do risco de liquidez tem como principal objetivo monitorar os prazos de liquidação dos direitos e obrigações da Sociedade, assim como a liquidez dos seus instrumentos financeiros. A Sociedade procura mitigar esse risco através do equacionamento do fluxo de compromissos e a manutenção de reservas financeiras líquidas disponíveis em tempo e volume necessários a suprir eventuais descasamentos. Para isso, a Sociedade elabora análises de fluxo de caixa projetado e revisa, periodicamente, as obrigações assumidas e os instrumentos financeiros utilizados, sobretudo os relacionados a garantia das provisões técnicas. **Risco de taxa de juros dos instrumentos financeiros:** O risco de taxa de juros advém da possibilidade da Sociedade estar sujeita a alterações nas taxas de juros que possam trazer impactos ao valor presente do portfólio das aplicações financeiras. A Sociedade adota a política de aplicação em títulos de emissão de instituições financeiras (CDBs e operações compromissadas lastreadas em debêntures), com liquidez imediata, bem como em títulos públicos, obedecendo a critérios de avaliação interna e limites estabelecidos com base em informações qualitativas e quantitativas e incluem a necessidade de alocação de recursos em conformidade com a RN nº 159, de 3 de julho de 2007, da ANS, para a garantia das provisões técnicas. O portfólio financeiro da Sociedade está, em sua quase totalidade, exposta à flutuação das taxas de juros no mercado doméstico (CDI). Pelo fato de a Sociedade não apresentar em sua operação contratos indexados a outras moedas/taxas, a mesma não realiza operações com instrumentos financeiros derivativos. A composição das aplicações está demonstrada na nota explicativa nº 6.

**21. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pela Diretoria e Acionistas da Sociedade em 28 de fevereiro de 2011.

também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Opinião**

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Intermédica Sistema de Saúde S.A. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

**Outros assuntos**
**Demonstração do valor adicionado**

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado - DVA referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010 como informação suplementar, uma vez que esta demonstração não é requerida como parte integrante das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 2 de março de 2011

**DELOITTE TOUCHE TOHMATSU**
**Auditores Independentes**

CRC nº 2 SP 011609/O-8

Gilberto Bizerra de Souza

Contador - CRC nº 1 RJ 076328/O-2 "S" SP